

CONVOCAÇÃO PARA PROVA ESCRITA DISCURSIVA – GRUPO III

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ALERJ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna pública a convocação para a **Prova Escrita Discursiva do grupo III**, para o Concurso Público para ingresso na Carreira de Procurador da ALERJ, para compor o Quadro de Pessoal da ALERJ, considerando os dispositivos da Constituição Federal vigente, e dá outras providências.

1. DA CONVOCAÇÃO PARA A PROVA DISCURSIVA DO GRUPO III

1.1 A relação de candidatos que realizarão a Prova Escrita Discursiva do grupo III, conforme o subitem 10.5.2 do Edital nº 1, de 06 de setembro de 2016, está presente no Anexo I do presente Edital, figurando na seguinte ordem: número de inscrição e nome do candidato em ordem alfabética.

2. DA DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO

2.1 A Prova Escrita Discursiva do grupo III, de caráter eliminatório e classificatório, será realizada no dia 02 de julho de 2017, das 13h às 19h (horário oficial de Brasília/DF), na FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - Edifício Luiz Simões Lopes - Praia de Botafogo, 190 - Botafogo, Rio de Janeiro - RJ, 22250-900 – 10º andar.

2.2 É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

3. DA PROVA ESCRITA DISCURSIVA

3.1 A Prova Escrita Discursiva do grupo III abrangerá o conteúdo programático constante do Anexo I do Edital nº 1, de 06 de setembro de 2016. As questões discursivas poderão ser baseadas em um enunciado que problematize o tema. Poderá ser estabelecido um limite de linhas para a resposta a cada questão.

3.1.1 A Prova Escrita Discursiva do grupo III abrangerá as seguintes disciplinas: - Direito Financeiro e Tributário; Direito Previdenciário.

3.2 O candidato convocado para a Prova Escrita Discursiva do grupo III deverá comparecer com antecedência mínima de 90 (noventa) minutos antes do horário marcado para o seu início, munido de caneta esferográfica, fabricada com material transparente, de tinta azul ou preta, do comprovante de inscrição e de documento de identidade original, preferencialmente aquele utilizado no ato de sua inscrição.

3.3 O material de consulta permitido e proibido para a realização da Prova Escrita Discursiva do grupo III está relacionado no Anexo II desta Convocação.

3.3.1 Fica vedado o empréstimo de qualquer material de consulta durante a realização das provas escritas discursivas.

3.3.2 A inclusão de qualquer identificação na folha de textos definitivos da Prova Escrita Discursiva culminará na eliminação do candidato.

3.4 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, 3h30min (três horas e 30 minutos) após o seu início, período a partir do qual poderá deixar o local de provas, sem portar, contudo, seu caderno de provas.

Rio de Janeiro/RJ, 23 de junho de 2017.

JORGE PICCIANI

Presidente Deputado Estadual
Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro



ANEXO I – Relação de candidatos convocados para a realização da Prova Escrita Discursiva

Inscrição	Nome
715000312	Alexandre Foch Arigony
715002109	Ana Carolina De Carvalho Botelho
715001156	Bruno Fonseca De Andrade
715002177	Bruno Luís Amorim Pinto
715000416	Caio Tristao De Almeida Franco
715004242	Caio Watkins
715005202	Camila Rodrigues Pinheiro Nunes
715000865	Daniel De Oliveira Pontes
715001993	Danniel Adriano Araldi Martins
715001666	Dante Silva Tomaz
715004044	Debora Bandeira Koenow
715003674	Edson Roberto Cellegim
715000883	Fábio De Oliveira Ferreira
715004001	Fernando Nobrega Martins
715003781	Flavio Barbosa Kamache
715000924	Franco Bragato Scardua
715000908	Gabriel Cardoso Coutinho Vieira
715000555	Gilberto Batista Naves Filho
715002941	Guilherme Eduardo Martins Kellner
715003744	Isabella Vieira Do Nascimento
715005823	José Joaquim De Oliveira Ramos
715003380	Juarez Ferreira Da Silva
715004195	Julia Fernandes Caldas
715001243	Júlio Domingues Santos
715001526	Laura Bastos Carvalho
715002078	Leonardo Silveira Antoun Netto
715001850	Livia Dos Santos Sena
715001729	Lucas Muniz Barbosa
715003224	Lucas Soares De Oliveira
715002870	Luciano Silva
715004103	Luiza Lourenço Bianchini
715003026	Marcelo Abramovitch
715003086	Márcio Luigi Teixeira Pinto
715003409	Marina Silva Fonseca
715003582	Matheus Lolli Pazeto
715000610	Oziel Gomes Viana Junior
715001242	Paola Goulart De Souza
715000142	Pedro Antonio Adorno Bandeira Assumpção
715001600	Pedro Monnerat Heidenfelder
715005896	Pedro Oliveira Mathias



Inscrição	Nome
715000590	Pierre Oliveira Batista
715002488	Rafael Barroso De Andrade
715001601	Rodrigo Alves Zanetti
715005820	Talita Leixas Rangel
715001621	Thamar De Simone Cavalieri Freitas
715002521	Thiago Bittencourt Alves Rosadas
715006050	Thiago De Araujo Medeiros Forti
715004012	Thiago De Mattos Cardozo
715002412	Vitor Figueiredo De Oliveira
715000673	Yuri Alexander Nogueira Gomes Nascimento

ANEXO II – Materiais e procedimentos permitidos e proibidos para consulta na Prova Escrita Discursiva do grupo III

1. MATERIAL/PROCEDIMENTOS PERMITIDOS

- 1.1. Legislação nacional não comentada, não anotada e não comparada.
- 1.2. Códigos, inclusive os organizados, que não possuam índices temáticos estruturando roteiros de peças processuais, remissão doutrinária, jurisprudência, informativos dos Tribunais ou quaisquer comentários, anotações ou comparações, sendo permitida remissão a número de processo de controle concentrado de constitucionalidade.
- 1.3. Leis de Introdução dos Códigos.
- 1.4. Instruções Normativas.
- 1.5. Índice remissivo.
- 1.6. Exposição de Motivos.
- 1.7. Súmulas de Tribunais.
- 1.8. Orientações jurisprudenciais.
- 1.9. Regimento Interno.
- 1.10. Resoluções dos Tribunais e do Conselho Nacional de Justiça.
- 1.11. Simples utilização de marca-texto, sublinhado ou simples remissão a artigos, leis, e a números de processos de controle concentrado de constitucionalidade.
- 1.12. Separação de códigos por clipes e/ou por cores, providenciada pelo próprio examinando.
- 1.13. Utilização de separadores de códigos fabricados por editoras ou outras instituições ligadas ao mercado gráfico, desde que com impressão que contenha simples remissão a ramos do Direito ou a leis.

Observação 1: as remissões a artigo ou lei são permitidas apenas para referenciar assuntos isolados. Quando for verificado pelo fiscal advogado que o candidato se utilizou de tal expediente com o intuito de burlar as regras de consulta previstas nesta convocação, o material será recolhido, sem prejuízo das demais sanções cabíveis ao candidato.

2. MATERIAL/PROCEDIMENTOS PROIBIDOS

- 2.1. Legislação estrangeira.
- 2.2. Códigos comentados, anotados, comparados ou com organização de índices temáticos estruturando roteiros de peças processuais.
- 2.3. Jurisprudência, ressalvada a remissão a números de processos de controle concentrado de constitucionalidade.
- 2.4. Anotações pessoais ou transcrições.
- 2.5. Impressos da internet ou cópias reprográficas (xerox), com exceção do material destacado no item 1.
- 2.6. Informativos de Tribunais.
- 2.7. Livros de doutrina, revistas, apostilas, cadernos e anotações.
- 2.8. Dicionários.
- 2.9. Legislação comentada, anotada ou comparada.
- 2.10. Súmulas, Enunciados e Orientações Jurisprudenciais ou doutrinárias comentados, anotados ou comparados.

Os materiais que possuírem conteúdo proibido não poderão ser utilizados durante a Prova Escrita Discursiva. Quando possível, a critério do fiscal de aplicação presente no local, poderá haver o isolamento dos conteúdos proibidos, seja por grampo, fita adesiva, destacamento ou qualquer outro meio. Caso, contudo, seja constatado que a obra possui trechos proibidos de forma aleatória ou em partes tais que inviabilizem o procedimento de isolamento supracitado, o candidato poderá ter seu material recolhido pela fiscalização, sendo impedido o seu uso. O material recolhido será devolvido ao final da prova. O candidato que, durante a aplicação das provas, estiver portando e/ou utilizando material proibido, ou que se utilizar de qualquer expediente que vise a burlar as regras do edital, especialmente as concernentes aos materiais de consulta, terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do concurso público.